

Balanço dos avanços e desafios das Políticas Públicas de Economia Solidária desde 2006

Documento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) de subsídio à II Conferência Nacional de Economia Solidária em suas etapas Municipais, Microrregionais, Estaduais e Nacional

A conjuntura atual pode ser lida de diversas maneiras, pluralidade esta de leituras que advém da diversidade dos atores do movimento de Economia Solidária. 2010 é um ano eleitoral diferenciado, que fecha o ciclo de 8 anos do governo Lula, ciclo este em que houve avanços consideráveis da Economia Solidária através de programas em diversos ministérios, secretarias e conquista da criação da SENAES, mas por outro lado e de forma contraditória o modelo de desenvolvimento não foi estruturalmente alterado: houve fortalecimento dos programas sociais por um lado, e aumento da concentração de riqueza, financeirização e fortalecimento de grandes empresas em alguns setores sem levar em conta a dimensão ambiental e o respeito às culturas tradicionais nos territórios.

Com relação às políticas públicas de Economia Solidária construídas desde a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, apontamos abaixo os principais avanços, dificuldades e por fim algumas sugestões para a II Conferência Nacional, que deve ocorrer em junho de 2010.

1. Onde avançamos:

- * Podemos dizer que um dos principais avanços desde 2006 é o crescente reconhecimento e visibilidade da Economia Solidária em vários setores de governo e movimentos sociais. O mapeamento, ações formativas e capilarização dos Fóruns de Economia Solidária jogaram um papel importante neste processo. Podemos dizer que está havendo um vertiginoso crescimento da Economia Solidária no país e no seu reconhecimento dentro de esferas do poder público e em movimentos sociais.
- * Houve um grande crescimento dos fóruns de economia solidária em todo o país. No último levantamento ao final de 2007 já éramos mais de 130 fóruns locais articulando 3 mil empreendimentos solidários, 500 entidades de assessoria e 100 gestores públicos na rede de gestores.
- * A IV Plenária Nacional foi uma conquista no sentido de organizar melhor a pauta de prioridades do movimento e definir melhor seus atores e o papel do FBES e suas entidades constituintes no cenário nacional.
- * Programas pontuais amadureceram e melhoraram sua execução, como por exemplo as feiras de economia solidária, os centros de formação, a comercialização solidária nos territórios, o apoio a bancos comunitários e a fundos rotativos.
- * Vários municípios e estados conquistaram leis de Economia Solidária, e em vários destes casos incluindo a criação de conselhos de Economia Solidária, o que é um grande avanço na construção de precedentes.
- * Diálogos com alguns movimentos sociais têm se intensificado, ainda que de maneira tímida e incipiente, em especial a segurança e soberania alimentar, as mulheres e a agroecologia.
- * Conquistamos grandes avanços no PAA no período (apesar de não conseguirmos ainda a aprovação de lei garantindo a continuidade deste programa). Uma conquista muito importante neste campo das compras institucionais foi a aprovação da lei da merenda escolar, que garante que pelo menos 30% da merenda escolar deva ser comprada localmente da agricultura familiar, o que tem aberto um espaço importante para as redes e cadeias solidárias.

2. Onde não avançamos:

- * A I Conferência Nacional teve como foco o debate de políticas públicas considerando a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento. Apesar do acerto da temática, muito pouco se avançou nesta perspectiva: em outras palavras, as políticas públicas de Economia

Solidária têm sido extremamente marginais e se concentrado extensivamente como programa social não prioritário e relacionado apenas em "geração de trabalho e renda", ou seja, não entrou efetivamente, nem de leve, na agenda do desenvolvimento brasileiro.

- * Além disso, o irrisório valor orçamentário dedicado a políticas federais de Economia Solidária somados a uma falta de planejamento estratégico de mais longo prazo e uma baixa priorização e organização do Conselho Nacional acabaram reduzindo os programas de Economia Solidária a programas muito isolados, dispersos, sem nenhuma ou pouca integração estratégica, até mesmo dentro da própria SENAES e também com programas no MDS e MDA. Efetivamente, não avançamos na construção de um desenho de política pública para a Economia Solidária (vide o último PPA, que não demonstra um sentido mais amplo e ousado de articulação das políticas de maneira estratégica).
- * Nos estados e municípios o problema se repete: os programas e departamentos em muitos casos são presas de um discurso restrito à idéia de "geração de trabalho e renda", sem colocar a Economia Solidária como pauta de desenvolvimento local, sustentável e solidário.
- * Apesar da estratégia de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo ter se destacado, poucos foram os avanços de apoio aos mesmos, que seriam parte da resposta da Economia Solidária para um outro desenvolvimento.
- * O diálogo da Economia Solidária com a sociedade, em especial no tema do consumo responsável, ficou tímido e restrito ao próprio movimento, não atingindo a população em geral.
- * A Economia Solidária não é uma pauta prioritária para a esquerda e os movimentos sociais no país, apesar de ser fortemente acolhida em suas bases. Ou seja, um grande desafio da Economia Solidária é a sua proposta de alternativas que possa fazer algo novo: colar a sua miríade de experiências práticas em todo o país enquanto expressões de resistência ao atual modelo, e com isso expressar explicitamente propostas políticas para o país. Este é um dos grandes desafios, que aliás é comum ao movimento da agroecologia e do agroextrativismo, o que aponta para uma aliança política necessária entre estes novos movimentos de "expressões concretas de resistência" para apontar a novos modos de se fazer política, baseados nas práticas.
- * Não conseguimos alterar e modernizar a Lei Geral do Cooperativismo, apesar de termos avançado ao convergir em uma proposta de consenso dos atores da ES e construído propostas que foram encaminhadas pela Casa Civil ao relator no Senado.

3. Focos importantes para a II Conferência

- * Evitar fazer uma conferência de auto-afirmação: o momento que se está construindo é a perspectiva de maior integração de agendas com outros movimentos sociais. Portanto, é fundamental que uma das marcas desta conferência seja um debate de fundo sobre o tema (como por exemplo o trabalho associado) de maneira articulada com as agendas dos outros movimentos sociais.
- * Jogar firme na proposta de articulação das políticas de Economia Solidária e no desenho estratégico de políticas públicas centrando fogo em nossos quatro grandes eixos: Marco Legal, Formação, Produção, Comercialização e Consumo Solidários, e Finanças Solidárias
- * Lutar pela lei da Economia Solidária ("esqueleto jurídico") e o PRONADES ("enchimento: o fomento e os recursos")
- * É fundamental que as conferências consigam pautar as eleições, e não o inverso: ou seja, que tenhamos um foco forte na questão da Economia Solidária como uma perspectiva diferenciada de desenvolvimento para buscar incorporar isso a programas eleitorais dos candidatos progressistas.
- * O tema do trabalho associado como pressuposto para a construção de outro desenvolvimento (local, solidário, sustentável, tendo como motores os empreendimentos de economia solidária) tem a vantagem de ser um tema agregador, que convoca os diferentes movimentos sociais do país para um debate de convergência, além de ter uma imagem positiva na sociedade, o que se intensificou com o processo de aprovação da PEC do direito à Alimentação.
- * A questão do consumo pode ser bastante divulgada durante a mobilização da conferência: o consumo responsável como ação prática de resistência e construção de alternativas ao atual modelo.